



ENTRE PROTESTOS, CONFLITOS, GUERRAS E RELIGIÕES

Between protests, conflicts, wars and religions

Ismael de Vasconcelos Ferreira*
Faculdade Luciano Feijão (Sobral, CE)

Adriano Magalhães Tenório**
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
DOI: 10.29327/256659.14.2-1

Este número da *Plura – Revista de Estudos de Religião* sai justamente num momento em que as condições de plausibilidade para uma convivência pacífica e fraterna da humanidade encontram-se abaladas. Não é algo inédito, já que há tempos somos informados de protestos, conflitos e guerras, desde nosso país até a fria Ucrânia. Mas agora assume ares mais turbulentos, já que nos encontramos testemunhando mais um conflito bélico com requintes de guerra. São disputas ideológicas, políticas, sociais e territoriais que, se bem observarmos, mais de pertinho, são movidas por interesses que pretendem ser últimos e absolutos. Aí entra outro fator, preponderante na perspectiva deste Editorial, que são as convicções dos povos (e pessoas, indivíduos no poder) postas em questão.

Desde *in illo tempore*, rememorando Eliade, mitos são postos aos homens para além de histórias exemplares. Na cosmovisão de alguns, eles se personificam ou recebem *status* de realidade, fato histórico. E é comum à religião enfatizar, de modo literal, esses mitos a

* Graduado em Teologia pelo Instituto Superior de Teologia Aplicada (INTA), especialista em Psicologia Social pela Universidade Santo Amaro (UNISA) e mestre e doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Foi editor-chefe da *Plura* de 2016 a 2020. Atualmente é coordenador adjunto de graduação na Faculdade Luciano Feijão, em Sobral-Ceará. E-mail: ismaelvascelos@gmail.com

** Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e doutorando em História na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É editor-assistente da *Plura*. E-mail: tenorioadriano1@gmail.com

fim de dar-lhes significado, apontando inclusive para fatos do cotidiano que, por semelhança, tendem a confirmá-los enquanto verdade, gerando convicções. Assim, as narrativas assumem um caráter absoluto, não se permitindo um mínimo exame crítico ou de conjuntura. O combustível é o protesto, o fato é o conflito, a luta é pela guerra.

É interessante observar que a religião parece gostar muito desse tipo de situação. Analisando desde os eventos escatológicos narrados pelos cristãos, inspirados na Bíblia, dá para apostar até que há quem torça para que se agrave ainda mais a tensa situação geopolítica contemporânea. Assim, a luta não seria apenas pela guerra, mas pela manutenção desses mitos que dizem respeito à situação final da humanidade, num final que parece não ser feliz para alguns.

O fato religioso, distante das representações institucionais que julgamos tão bem conhecer, pode estar bastante ativo nos eventos que testemunhamos. É que não se protesta, conflita ou guerreia sem uma motivação intrínseca, algo que não toque profundamente. A mesma capacidade de criar mundos possíveis, fazer poesia e música, lembrando Rubem Alves, faz do homem também capaz de destruir seu próximo e seu mundo. Não vemos na natureza revoltas de cães vira-latas contra cães de raça, pois todos se olham, se cheiram e se reconhecem como cães. A diferença humana e que está entre ambas as expressões está no toque, naquilo que lhe motivou e encheu de esperança ou medo. Aqui há um divisor de mundos, quase a escolha entre a pílula azul e a vermelha do clássico filme de Hollywood, sendo que esse dualismo não tem ganhador e perdedor. Todos perdem. O escape estaria numa terceira via, mais crítica e disposta a negociar, a conversar.

Quando se fala de religião, e esta revista é um canal de discussão do fenômeno religioso, abre-se espaço para essa terceira via, numa esperança de trazer à mesa os fatos, analisá-los e discuti-los. Assim, o conhecimento científico, que também versa sobre a religião, avança e temos melhores condições de convivência. Esse conhecimento revela-se um importante agente de transformação, proporcionando sentido a quem se permite tocar mais profundamente e abrindo novos caminhos para visões de mundo que se complementam no complexo caleidoscópio da vida humana. Isto nos tornaria um pouco mais próximos dos cães no sentido de se reconhecerem como da mesma espécie e não desejarem se destruir.

Os artigos e demais trabalhos publicados nesta edição, dentro de suas delimitações e metodologias, representam essa abertura de caminho, uma oportunidade para fazer o co-

nhecimento sobre a religião prosseguir e progredir. E, pelo menos aqui, nesta edição, ela não se fará aliada dos protestos, conflitos e guerras, mas instrumento de leitura de formas elementares da vida humana, cheias de sentido e de profundidade, disfarçadas de cultura, daquilo que julgamos conhecer um pouco, mas que ainda precisamos discernir bem.

Este número da Plura é aberto com a entrevista realizada por Felipe Freitas de Souza com o historiador britânico Mark Sedwick. O principal tema é o sobre seu novo livro *Traditionalism: The Radical Project for Restoring Sacred Order* (Tradicionalismo: O Projeto Radical para Restaurar a Ordem Sagrada), como ele se articula em torno do pensamento de alguns autores – a exemplo de René Guénon, Frithjof Schuón e Julius Evola – e como ele toca também diversas realidades nacionais, inclusive a brasileira, na qual autores como Olavo de Carvalho passaram a ser lidos e apreciados por grupos ultraconservadores.

Na seção de artigos, o primeiro texto discute “Ontologia hermenêutica e niilismo: o enfraquecimento da verdade e a abertura à pluralidade”. Douglas William Ferreira apresenta, na realidade, um debate teórico no qual o niilismo é a chave conceitual para a compreensão do processo de enfraquecimento das verdades absolutas, característico da pós-modernidade. Para o autor, esse momento resulta em novas possibilidades de experiências religiosas, sobretudo, para o Cristianismo. Apoiado em ampla pesquisa bibliográfica, ele se ancora nas obras de Gianni Vattimo para traçar sobre o papel do niilismo nos dias atuais.

Também como debate teórico/conceitual, o historiador Petterson Magno da Silva Santos, nos apresenta um estudo sobre religiosidade egípcia e discute se “existe teologia egípcia?”, como “um debate acerca da possibilidade de reflexão teleológica” fora do universo judaico-cristão. Utilizando bibliografia especializada, o autor revisita os conceitos de teologia e explora sua aplicação nos estudos das religiosidades do Antigo Egito, na tentativa de verificar se mais do que uma abstração ou uma racionalização, é possível verificar “nas fontes a existência material dessa teologia”.

O terceiro artigo, de Carlos Caroso, Fátima Tavares e Rafael Losada Martins, nos leva para o século XVI, no Recôncavo Baiano, para a(s) história(s) em torno da “Santidade de Jaguaripe”, um movimento social de base religiosa – que mescla práticas indígenas e catolicismo popular – liderados pelo nativo tupi Antônio e a mulher “Maria Mãe de Deus”, que agregou indígenas, negros e populares. Dado o seu tamanho e os desdobramentos, o movimento despertou a atenção dos senhores de engenho e da Igreja Católica, que em 1585 o aboliram por completo. “Sofrimento, transformação e cura num movimento religioso do século XVI”,

vem apresentar uma outra perspectiva desse contexto, uma análise histórico-etnográfica que traz não apenas os aspectos mais factuais do movimento, mas se dedica a compreender “as lutas e os sofrimentos sociais em torno da construção das disposições religiosas autênticas que estavam em curso no cristianismo colonial”. Para os autores a solução de problemas e aflições do cotidiano eram o principal motivo da busca “milenarista/messiânica por um mundo livre de males e opressão”.

Os dois textos que se seguem exploram um pouco do universo protestante/evangélico. Karen Laiz Krause Romig e Patrícia Weiduschadt – ambas estudiosas no campo da educação – discutem “os ritos de passagem, o ritual da confirmação e a ética protestante no contexto luterano e pomerano”, nas comunidades de Serra dos Tapes, no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma abordagem antropológica dos ritos de passagem do grupo – batismo, confirmação, casamento, morte – naquele contexto de imigração, nos quais se imaginava poder manter vivos os modos de vida tradicionais das regiões de origem. Com base no conceito de ética protestante, de Max Weber, as autoras buscam entender o papel da religião luterana e de suas convicções, pautadas no trabalho, na formação do indivíduo e da comunidade pomerana (proveniente do que hoje corresponde à Polónia e parte da Alemanha).

Dando um salto temporal, Evanway Sellberg Soares, por sua vez, trata de uma questão cara na atualidade nacional, que são “as pautas protestantes no cenário político institucional brasileira”. Com base em um levantamento bibliográfico, o autor nos apresenta a construção dessas pautas, observando a inserção de grupos religiosos na política partidária, suas articulações e discursos, bem como a estreita relação que suas estratégias guardam com relação à realidade estadunidense. Conforme sugere, até mesmo nossa laicidade nos aproxima com a forma como a religião atua no espaço público nos Estados Unidos, uma vez que, apesar “de um arcabouço formal que declara a laicidade do Estado (...) não é aparente no país uma cultura secularizada majoritária”, havendo, ao invés disso, uma permanente tensão entre “forças secularizantes e antisseculares, muitas delas provenientes de organizações norte-americanas”.

Lenilson Rocha Portela e Francisco de Assis de Souza exploram no seu artigo intitulado “*Dignitas Personae*: uma análise histórica da constituição dos direitos da Pessoa Humana à luz da Doutrina Social da Igreja (DSI)”, alguns aspectos importantes e atuais do catolicismo. O texto aprofunda, a partir de um panorama histórico, o questionamento acerca

da “Doutrina Social da Igreja”, se ela “tem cumprido o papel histórico a que se propôs” e se “ainda é capaz de suscitar algum tipo de reflexão válida para os católicos deste tempo?”

A religião, a pandemia da Covid-19 e o direito são os temas do sétimo artigo desta edição, que tem o propósito de debater sobre os limites da restrição da liberdade aos cultos religiosos – um direito constitucional – e a proteção da população na conjuntura pandêmica, na qual se impunha a necessidade de isolamento social. Assim, “liberdade religiosa na pandemia: a intervenção jurisdicional na restrição do direito à liberdade de culto”, de Ana Luiza Sabino de Sá e Silva, Pierre Portes dos Santos e Waleska Marcy Rosa, pesquisadores provenientes da área do Direito, é uma análise da atuação do judiciário – em especial do Supremo Tribunal Federal – em questões tão complexas e que tanto mobilizaram a sociedade brasileira nos últimos anos. Um excelente texto que conversa com várias áreas do saber e exercita um propósito bastante caro à Plura a da interdisciplinaridade.

No último dos artigos desta edição, Adma Conceição Danin de Lima e Maria Bethânia Barbosa Albuquerque nos dão a conhecer a produção acadêmica dos alunos do curso de Licenciatura em Ciência da Religião da Universidade do Estado do Pará (UEPA). O texto é resultado de uma pesquisa de fôlego, que compulsou entre os anos de 2004 e 2019, os temas estudados pelos alunos licenciandos em um dos poucos cursos dessa área na Amazônia brasileira. A proposta é instigante e os resultados apresentados põem em debate a pluralidade religiosa da Região Norte do país, ainda pouco debatida.

Seguem-se duas outras seções de nossa revista. Na primeira consta um ensaio de Paulo Sérgio Raposo da Silva, que expõe suas reflexões e críticas ao sistema financeiro capitalista, ao imperialismo e seus desdobramentos em “Meu nome é Khan: perspectivas críticas sobre identidade, capitalismo e religiosidade a partir de um filme”. Já como uma comunicação de pesquisa, publicamos o texto de Hesley Machado Silva: “*Religion and science must work together in favor of the environmental movement*” que debate as possibilidades de uma política ambiental que leve em consideração tanto a ciência quanto a religião e de uma experiência religiosa (principalmente a cristã) que igualmente, considere as questões da natureza.

Finalizando a edição temos duas resenhas: uma de autoria de Diego Omar da Silveira, que se debruça sobre a coletânea *Novas Reflexões Indigenistas*, de Andreia Fanzares, Ivar Bussatto e João dal Poz (Cuiabá: OPAN, 2021) e a segunda, de Juliano Marçal de Carvalho, que apresenta o livro *Introdução à Ciência da Religião* de Friedrich Max Müller, traduzido

para o português em 2020. No primeiro texto, Diego Omar enfatiza a presença do “indigenismo religioso” na publicação ao tratar da Operação Amazônia Nativa (OPAN) como primeira iniciativa desse gênero no país. Já o segundo texto abre caminho para a recepção deste importante estudo no Brasil. Conforme afirma Juliano Marçal, as reflexões de Friedrich Max Müller possibilitam ver o itinerário histórico da Ciência da Religião enquanto disciplina, o que não deixa de ser bastante importante em um país como o nosso, no qual o campo ainda é jovem e carece de maior consolidação.

Cumprindo nossa missão editorial, estamos entregando, com o conjunto de contribuições apresentado acima, mais um número da *Plura* aos nossos leitores. Às vésperas de comemorar seus 15 anos no ar, nosso periódico tem buscado ler sua trajetória – que de alguma forma se confunde com a do próprio campo das Ciências da Religião no Brasil – sempre articulada aos novos desafios postos no horizonte. Sabemos que muito já foi feito e temos permanentemente avaliado nossa modesta contribuição. Mas estamos cientes do tanto que ainda há para ser feito e encaramos com otimismo e vontade aquilo que ainda virá. Por isso convidamos todos à leitura, ao compartilhamento de nosso trabalho e aos especialistas, fica também o chamado a se tornar um de nossos colaboradores.